
**Protocolo de Cooperação no
exercício das competências
das Autoridades Nacionais de
Segurança de Portugal e
Espanha para o
estabelecimento de serviços
diretos de transporte
ferroviário de passageiros
entre Porto e Vigo**

**Acuerdo Administrativo de
colaboración en el ejercicio de
las competencias de las
Autoridades Nacionales de
Seguridad de España y de
Portugal para establecimiento
de servicios directos de
transporte ferroviario de
viajeros entre Oporto y Vigo**



**Protocolo de Cooperação entre as
Autoridades Nacionais de Segurança de
Portugal e Espanha para o
estabelecimento de serviços diretos de
transporte ferroviário de passageiros
entre Porto e Vigo**

Em Lisboa em 7 fevereiro 2014,

Reunidos :

- D. Miguel Pozo de Castro, Director General de Ferrocarriles do Ministério de Fomento de Espanha, que atua em virtude das competências atribuídas pelo R.D 810/2007, de 22 de Junho, pelo qual é aprovado o Regulamento sobre segurança da circulação da Rede Ferroviária de Interesse Geral.

- Dr. João Carvalho, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, I.P., representando a Autoridade Nacional de Segurança de Portugal de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 270/2003 alterado pelo Decreto-Lei nº 231/2007, de 14 de Junho.

Declaram :

1. No passado mês de maio de 2013, no âmbito de XXVI Cimeira Luso-Espanhola realizada na cidade de Madrid, os Governos de Portugal e de Espanha comprometeram-se a tomar iniciativas para assegurar ligações ferroviárias de qualidade entre ambos os países e interligar de forma eficiente a Península Ibérica com o resto da Europa.

Entre essas iniciativas, a Ministra do Ministério do Fomento do Governo de Espanha, D. Ana Pastor, e o Ministro da Economia e do Emprego do Governo de Portugal, Dr. Álvaro Santos Pereira,

**Acuerdo Administrativo de colaboración
en el ejercicio de las competencias de
las Autoridades Nacionales de
Seguridad de España y de Portugal para
el establecimiento de servicios directos
de transporte ferroviario de viajeros
entre Oporto y Vigo**

En Lisboa a 7 de febrero de 2014,

Reunidos :

- D. Miguel Pozo de Castro, Director General de Ferrocarriles del Ministerio de Fomento de España, que actúa en virtud de las competencias asignadas por el R. D. 810/2007, de 22 de junio, por el que se aprueba el Reglamento sobre seguridad en la circulación de la Red Ferroviaria de Interés General.

- Dr. João Carvalho, Presidente del Consejo Directivo del Instituto da Mobilidade e dos Transportes - IMT, IP en representación de la Autoridad Nacional de Seguridad de Portugal de conformidad con lo dispuesto en el Decreto-Ley N ° 270/2003, modificado por el Decreto-Ley N ° 231/2007, de 14 de junio.

Manifiestan:

1. El pasado mes de mayo de 2013, dentro de la XXVI Cumbre Hispano-Lusa celebrada en Madrid, los Gobiernos de España y Portugal se comprometieron a poner en marcha iniciativas que aseguren conexiones ferroviarias de calidad entre ambos territorios y conecten la Península Ibérica de forma eficiente con el resto de Europa.

Entre esas iniciativas, la Ministra de Fomento del Gobierno de España, D. Ana Pastor, y el Ministro de Economía y Empleo del Gobierno de Portugal, Dr. Álvaro Santos Pereira, se comprometieron a mejorar el



comprometeram-se a melhorar o serviço de transporte ferroviário de passageiros entre o Porto e Vigo realizado pelas empresas CP-Comboios de Portugal e RENFE, tornando-o num serviço internacional que se denominará Expresso Celta.

2. Com o objetivo de melhorar esse serviço, as primeiras medidas implementadas foram a comercialização de um bilhete conjunto e a redução do número de estações de paragem.

Este novo serviço comercial conjunto da CP-Comboios de Portugal e da RENFE iniciou-se no passado dia 2 de Julho de 2013, não realizando o comboio paragens comerciais entre Porto e Vigo. Apenas se mantém a paragem técnica em Valença do Minho, indispensável para a comutação dos sistemas de segurança e controlo necessários para a circulação do comboio na rede ferroviária do outro país.

3. Continua, todavia, a realizar-se a troca de tripulações do comboio naquele local. No quadro da promoção da relação ferroviária Luso-Espanhola, é intenção das duas empresas ferroviárias, CP-Comboios de Portugal e RENFE, estenderem os acordos à facilitação do intercâmbio do pessoal ferroviário e assim evitarem ruturas no serviço do comboio na fronteira.

4. Para isso, as Autoridades Nacionais de Segurança (Instituto da Mobilidade e dos Transportes IMT, I.P. em Portugal, e a Dirección General de Ferrocarriles do Ministério de Fomento, DGF, em Espanha), devem assegurar que as empresas, CP-Comboios de Portugal e a RENFE, atualizem os acordos históricos que permitem as circulações internacionais entre o Porto e Vigo, de modo a que estas fiquem cobertas pelo sistema de gestão da segurança da RENFE, em Espanha, e da CP-Comboios de Portugal, em Portugal (e portanto, sob os respetivos Certificados de Segurança). Em particular, ambas as empresas ferroviárias colaborarão para reconhecerem mutuamente as atividades de formação e habilitação que a outra empresa

servicio de transporte ferroviario de viajeros Oporto-Vigo prestado por las compañías CP-Comboios de Portugal y RENFE, para convertirlo en un servicio internacional que se denominará Expresso Celta.

2. Para ello, las primeras medidas que se han llevado a cabo para potenciarlo han sido la comercialización de un billete conjunto y la reducción de paradas.

Estos servicios comerciales conjuntos CP-Comboios de Portugal y RENFE renovados, se iniciaron el pasado 2 de julio de 2013, sin paradas comerciales entre Oporto y Vigo. Únicamente se mantiene la parada técnica prescrita en Valença do Minho, imprescindible para la permuta entre los sistemas de seguridad y de control de la circulación de los trenes en la red ferroviaria del otro país.

3. Asimismo, sigue produciéndose un intercambio del personal a bordo del tren en este punto. Dentro del fomento de la relación ferroviaria hispano-portuguesa, es voluntad de las dos compañías ferroviarias CP-Comboios de Portugal y RENFE, extender sus acuerdos para facilitar el intercambio del personal ferroviario y evitar la ruptura del servicio del tren en la frontera.

4. Para ello, las Autoridades Nacionales de Seguridad ferroviaria (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IMT, I.P., en Portugal, y la Dirección General de Ferrocarriles del Ministerio de Fomento, DGF, en España), deben asegurar que las compañías RENFE y CP-Comboios de Portugal actualicen los acuerdos históricos que permiten las circulaciones internacionales entre Oporto y Vigo, de manera que queden amparadas bajo los sistemas de gestión de la seguridad de RENFE en España y CP-Comboios de Portugal en Portugal (y por tanto, bajo sus respectivos certificados de seguridad). En particular, ambas compañías colaborarán para reconocer mutuamente las actividades de formación y habilitación que sobre su propio personal, realiza la otra compañía.



realiza sobre o seu próprio pessoal.

5. Ambas as Autoridades Nacionais de Segurança partilham dos objetivos dos respetivos Estados e manifestam o seu compromisso de criar, dentro dos limites legais estabelecidos pelas respetivas legislações nacionais e pela legislação comunitária, os procedimentos que permitam facilitar e agilizar os processos administrativos.

6. A vontade de ambas as autoridades em colaborarem e facilitarem o reconhecimento mútuo das suas atividades, de forma a atingirem o objetivo comum, é coerente com as políticas comunitárias tendentes a alcançar um sistema ferroviário comum e interoperável, e com a procura da simplificação e harmonização dos procedimentos para o transporte ferroviário internacional.

Concretamente, a Diretiva 2007/59/CE, de 23 de Outubro de 2007, relativa à certificação dos maquinistas de locomotivas e comboios do sistema ferroviário da Comunidade, tem entre os seus objetivos, o de contribuir para à mobilidade dos maquinistas entre Estados-Membros e, de uma forma geral, permitir o reconhecimento das cartas dos maquinistas e dos certificados complementares harmonizados por todos os intervenientes do setor ferroviário.

Tendo em conta o anteriormente referido, ambas as Autoridades Nacionais de Segurança

Acordam:

PRIMEIRO: Aceitação do pessoal de condução e de bordo

a) Ambas as autoridades nacionais reconhecem que o pessoal autorizado num Estado para conduzir o material circulante objeto do presente protocolo, está habilitado a realizar esta atividade nos troços da sua rede ferroviária nacional, desde que:

5. Ambas Autoridades Nacionales de Seguridad ferroviaria comparten los objetivos de sus respectivos estados y manifiestan su compromiso de buscar, dentro de los cauces legales establecidos en sus normativas nacionales y en la comunitaria, los procedimientos que permitan facilitar y agilizar las tramitaciones administrativas.

6. La voluntad de ambas autoridades de colaborar y facilitar el reconocimiento mutuo de sus actividades para lograr el objetivo común, es coherente con las políticas comunitarias tendentes a lograr un sistema ferroviario común e interoperable, que buscan la simplificación y armonización de los procedimientos para el transporte ferroviario internacional.

En concreto, la Directiva 2007/59/CE, de 23 de octubre de 2007, sobre la certificación de los maquinistas de locomotoras y trenes en el sistema ferroviario de la Comunidad, tiene entre sus objetivos contribuir a la movilidad de los maquinistas entre los Estados miembro y de forma general, el reconocimiento de las licencias y certificados complementarios armonizados por parte de todos los actores del sector ferroviario.

Teniendo en cuenta lo anterior, ambas Autoridades Nacionales de Seguridad ferroviaria

Acuerdan:

PRIMERO: Aceptación del personal de conducción y a bordo

a) Ambas autoridades nacionales reconocen que el personal habilitado en un Estado para conducir el material rodante objeto del presente acuerdo, está habilitado para realizar esta actividad por los tramos de su red nacional, siempre y cuando:



- Possua uma carta válida emitida em conformidade com a Diretiva 2007/59/CE ou, na sua falta, um documento considerado equivalente pela autoridade responsável do País de origem.

- Tenha recebido da empresa ferroviária as correspondentes certificações que demonstrem o conhecimento necessário do material circulante e da infraestrutura, emitidas conforme a Diretiva 2007/59/CE ou, na sua falta, um documento considerado equivalente pela autoridade responsável do País de origem.

Para a atribuição destas certificações, e na medida do possível, ter-se-ão em conta a experiência e as habilitações prévias obtidas no seu País de origem, validando-se a formação e os conteúdos, tanto práticos como teóricos, que possam considerar-se como comuns às redes ferroviárias de ambos os Estados.

A definição dos conteúdos programáticos e a formação adicional que os maquinistas deverão receber para obter as novas certificações que complementam as que dispõem no seu País de origem, será realizada conjuntamente pelas empresas CP-Comboios de Portugal e RENFE. Estes conteúdos serão transmitidos pelas empresas às respetivas autoridades nacionais de origem no âmbito do processo de atualização dos certificados de segurança, e, se aplicável, para obtenção de aprovação.

A formação adicional sobre a rede do outro Estado deverá incidir, pelo menos, sobre as matérias a seguir descritas:

- Sistemas nacionais de sinalização e de proteção automática dos comboios (ASFA em Espanha e CONVEL em Portugal).
- Elementos da regulamentação de circulação ferroviária, aplicáveis aos itinerários a realizar.
- Conhecimento concreto do itinerário no outro País.

- El personal disponga de una licencia válida emitida de conformidad con la Directiva 2007/59/CE o, en su defecto, de un documento o título considerado equivalente por la autoridad responsable del país de origen.

- El personal haya recibido de la empresa operadora las correspondientes certificaciones que acrediten el conocimiento suficiente del material rodante y de la infraestructura, emitidas conforme a la Directiva 2007/59/CE o, en su defecto, de un documento considerado equivalente por la autoridad responsable del país de origen.

Para la emisión de estas certificaciones, en la medida de lo posible, se tendrán en cuenta la experiencia y las habilitaciones previas obtenidas en su país de origen, convalidándose la formación y contenidos, tanto prácticos como teóricos, que puedan considerarse comunes para las redes de ambos estados.

La definición de los contenidos y formación adicionales que los maquinistas deberán recibir para obtener las nuevas certificaciones que complementan las que disponen en su país de origen, será realizada conjuntamente por las empresas RENFE y CP-Comboios de Portugal. Dichos contenidos serán puestos en conocimiento de las autoridades nacionales de origen por las empresas, en el proceso de actualización de sus certificados de seguridad, y en su caso, para su aprobación.

En todo caso, como mínimo, esta formación adicional sobre la red del otro Estado deberá incluir:

- Sistemas nacionales de señalización y de protección automática de trenes (ASFA en España y CONVEL en Portugal).
- Elementos de la reglamentación de circulación ferroviaria aplicables al tramo de la línea.
- Conocimiento concreto del tramo de la línea del otro país.

- Sistema de Gestão da Segurança da outra empresa.

A formação adicional deverá ser realizada por entidades formadoras ou centros homologados, autorizados ou reconhecidos pelas autoridades nacionais competentes.

- Demonstre o conhecimento de línguas ao nível exigido no Anexo IV da Diretiva 2007/59/CE, obtido numa entidade ou centro oficial de ensino de línguas reconhecido pelas autoridades nacionais competentes.

b) Estes princípios serão aplicáveis, com as devidas adaptações, a outros agentes a bordo com funções de segurança na circulação ferroviária e que necessitem de certificação ou habilitação de acordo com a legislação nacional.

c) As Autoridades Nacionais de ambos os Estados devem assegurar que, antes do início das operações, as empresas ferroviárias comuniquem às autoridades nacionais, os dados sobre o pessoal de condução que operará no itinerário.

d) A supervisão da manutenção das condições da validade da carta ou documento equivalente do pessoal de condução competirá à autoridade do País de origem, de acordo com os procedimentos estabelecidos na sua legislação nacional, sem prejuízo da outra autoridade poder efetuar no seu território controlos para deteção de consumo de álcool ou de drogas.

SEGUNDO : Autorização do material circulante

O material circulante que se utilizará neste serviço deve estar devidamente autorizado a circular no itinerário Porto-Vigo, em conformidade com as normas nacionais e comunitárias aplicáveis.

- Sistema de gestión de seguridad de la otra compañía.

La formación adicional se llevará a cabo en entidades de formación o centros homologados, autorizados o reconocidos por las autoridades nacionales competentes.

- El personal acredite el conocimiento de idiomas con el nivel requerido en el Anexo IV de la citada Directiva, obtenido en una entidad o centro oficial de enseñanza lingüística reconocida por las autoridades nacionales competentes.

b) Estos principios serán también aplicables, con las debidas adaptaciones, a otros agentes a bordo con competencias sobre seguridad en la circulación ferroviaria y que requieren de habilitación conforme a la legislación nacional.

c) Con carácter previo al inicio de la explotación, las autoridades nacionales de ambos países deben asegurar que las empresas operadoras les comuniquen a las autoridades nacionales, para su conocimiento, los datos relativos al personal de conducción que operará en el tramo.

d) La inspección de que se mantienen las condiciones de la licencia o título equivalente del personal de conducción corresponderá a la autoridad del país de origen, de acuerdo con los procedimientos establecidos en su normativa nacional. Sin embargo, la otra autoridad podrá realizar controlos para la detección de consumo de alcohol o de drogas en su territorio.

SEGUNDO: Autorización del material rodante

El material rodante que se utilizará en este servicio debe estar debidamente autorizado a circular en el tramo Oporto-Vigo de conformidad con las normativas nacionales y comunitarias aplicables.

TERCEIRO: Atualização dos sistemas de gestão de segurança da CP-Comboios de Portugal e da RENFE.

As Autoridades Nacionais de ambos os Estados devem assegurar que:

a) As empresas CP-Comboios de Portugal e a RENFE atualizem os acordos históricos que permitem a circulação de comboios internacionais entre Porto e Vigo, incorporando nos seus sistemas de gestão de segurança os acordos estabelecidos para a gestão dos novos serviços internacionais. Deste modo, o serviço de transporte internacional entre Porto e Vigo deve ficar expressamente coberto pelos sistemas de gestão de segurança da RENFE em Espanha e da CP-Comboios de Portugal em Portugal, independentemente do País de origem do comboio ou do maquinista.

b) Em particular, esses acordos devem conter os procedimentos comuns de reconhecimento mútuo das atividades de formação e habilitação que, para o seu próprio pessoal, é realizado pela outra empresa.

c) Relativamente ao material circulante, os acordos devem estabelecer as responsabilidades partilhadas entre a CP-Comboios de Portugal e a RENFE em matéria de manutenção preventiva e corretiva dos veículos.

d) A CP-Comboios de Portugal e a RENFE incluam estes acordos nos seus sistemas de gestão de segurança, e os apresentarão para que as autoridades nacionais de segurança, caso considerem necessário, procedam à correspondente atualização dos respetivos certificados de segurança.

QUARTO: Âmbito e validade do protocolo

a) O presente Protocolo destina-se a facilitar o cumprimento dos objetivos definidos pelos dois países no sentido da realização de serviços diretos de transporte ferroviário de passageiros entre Porto e Vigo, a realizar pelas empresas CP- Comboios de Portugal

TERCERO: Actualización de los sistemas de gestión de seguridad de CP-Comboios de Portugal y RENFE

Las autoridades nacionales de ambos países deben asegurar que:

a) Las compañías CP-Comboios de Portugal y RENFE actualicen los acuerdos históricos que permiten las circulaciones internacionales entre Oporto y Vigo, incorporando a sus sistemas de gestión de seguridad los acuerdos establecidos para la gestión de los nuevos servicios internacionales. Así, los servicios de transporte internacional entre Oporto y Vigo deben quedar expresamente amparados bajo los sistemas de gestión de la seguridad de RENFE en España y CP-Comboios de Portugal en Portugal, con independencia del país de procedencia del tren o el maquinista.

b) En particular, dichos acuerdos deben recoger los procedimientos conjuntos de reconocimiento mutuo de las actividades de formación y habilitación que, sobre su propio personal, realiza la otra compañía.

c) En relación con el material rodante, los acuerdos deben establecer las responsabilidades compartidas por CP-Comboios de Portugal y RENFE en materia de mantenimiento de los vehículos, tanto preventivo como correctivo.

d) Las compañías CP-Comboios de Portugal y RENFE incluyen estos acuerdos en sus sistemas de gestión de seguridad, y lo presentarán para que las autoridades, en caso de considerarlo oportuno, tramiten la correspondiente modificación de sus certificados de seguridad.

CUARTO: Validez y ámbito del Acuerdo Administrativo de Colaboración

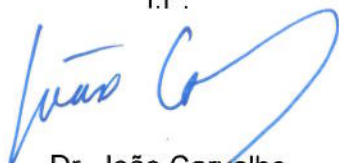
a) El presente Acuerdo pretende facilitar la consecución de los objetivos marcados por ambos países para el establecimiento de servicios directos de transporte ferroviario de viajeros entre Oporto-Vigo prestado por las compañías

e RENFE.

b) No caso de extensão a outros serviços diferentes dos estabelecidos em a), tais como transporte de mercadorias, será necessário seguir os procedimentos estabelecidos nas normas nacionais ou realizar uma Adenda ao presente Protocolo.

c) O presente Protocolo é válido a partir da data da sua assinatura e termina, trinta dias após, uma das partes comunicar expressamente a intenção da sua denúncia.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO
INSTITUTO DA MOBILIDADE E TRANSPORTES,
I.P.



Dr. João Carvalho

CP-Comboios de Portugal y RENFE.

b) En el supuesto de la incorporación de otros servicios diferentes a los recogidos en a), tales como mercancías, se requerirán los cauces ordinarios establecidos en las normativas nacionales o la incorporación al presente Acuerdo mediante la correspondiente Adenda al mismo.

c) El Acuerdo es válido desde la fecha de su firma y terminará a los treinta días de la recepción de la comunicación expresa de cualquiera de los firmantes manifestando su voluntad en este sentido.

EL DIRECTOR GENERAL DE FERROCARRILES



D. Miguel Pozo de Castro